

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.277 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2001



Jader não admite que lhe seja estendida a responsabilidade por atos supostamente praticados pelo empresário José Osmar Borges

Jader rebate acusações e aponta ação de consultorias na Sudam e na Sudene

“Os maiores beneficiados não estão em Belém. É possível que estejam em São Paulo”, declara o presidente do Senado

Escritórios especializados na elaboração de projetos para as Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) cobram, para prepará-los, até 40% do valor dos investimentos, pagos a título de consultoria.

A denúncia foi feita pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, ao rebater as acusações que o vinculam a irregularidades praticadas em empreendimentos na área da Sudam. Quanto à sua influência no órgão, afirmou: “Não fui o único a fazer indicações”.

PÁGINA 4

Para Ney Suassuna, as explicações do senador são mais do que suficientes

PÁGINA 4

Situação é “inquietante” para o país, afirma Arthur Virgílio

PÁGINA 4

Antonio Carlos Magalhães considera frágil defesa feita pelo senador

PÁGINA 5

País se beneficia com divulgação de denúncias, diz Paulo Hartung

PÁGINA 5



José Jorge vem ao Senado após a Ordem do Dia

José Jorge fala a senadores sobre crise no setor de energia

PÁGINA 2

GOVERNO PEDE AO CONGRESSO, NA LDO, QUE VIABILIZE AUMENTOS

PÁGINA 3

O QUE DIZ O PROJETO

- As salas de cinema deverão reservar no mínimo **49** dias por ano para a exibição de filmes nacionais de longa-metragem.
- Esse número deverá chegar a pelo menos **90** nos dois últimos anos do prazo de vigência da lei, que será de dez anos. Para isso, o período mínimo de exibição obrigatória aumentará gradualmente, mediante critérios a serem fixados por decreto do Poder Executivo.
- Também durante dez anos, obras brasileiras deverão representar no mínimo **15%** dos títulos lançados comercialmente pelas empresas distribuidoras de vídeo doméstico.
- Até os dois últimos anos de vigência da lei, esse percentual deverá atingir **30%**.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO VOTA HOJE INCENTIVO AO CINEMA BRASILEIRO

PÁGINA 6



Bezerra explica aos senadores, a partir das 10h, os estudos do governo sobre a Sudam e a Sudene

Bezerra explica hoje proposta das agências regionais

PÁGINA 5

Ministro fala no Senado sobre crise no setor de energia

Comissões realizam audiência pública para ouvir José Jorge. Risco de racionamento é um dos temas

O risco de racionamento de energia elétrica, o plano de privatização das usinas hidrelétricas e a política tarifária do setor devem nortear as discussões da audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Fiscalização e Controle (CFC) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) marcada para hoje, após a Ordem do Dia, com o ministro de Minas e Energia, José Jorge.

Ao tratar da matriz energética brasileira, o ministro deve abordar os problemas relativos à geração e à distribuição e explicar o plano de emergência para geração de eletricidade, a ser implementado junto com ações para racionalizar o consumo. As iniciativas pretendem afastar a ameaça de racionamento, cogitado em função dos baixos níveis dos reservatórios das hidrelétricas.

A privatização das geradoras de energia, com destaque para o



José Jorge deve ser questionado também sobre privatização

sistema Furnas, também deve movimentar as discussões. A audiência pública com José Jorge, senador licenciado do PFL de Pernambuco, acontece no momento em que tramita na CAE projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) que exclui do programa nacional de desestatização as empresas de geração e transmissão de energia elétrica. Na opinião de Freire, a privatização do setor elétrico não pode estar amparada em uma autorização legislativa genérica, como ocorre hoje.

A proposta de Roberto Freire conta com o apoio de vários senadores, a exemplo de Paulo Hartung (PPS-ES). Apesar de favorável à participação do capital privado no setor elétrico, Hartung prega a suspensão da privatização das geradoras de energia e sugere ao governo que invista na construção de termelétricas a gás para minorar a crise no setor energético.

Campanha visa menor consumo

Na tentativa de afastar o risco de racionamento de energia, o governo federal lançou, no último domingo, uma campanha para redução do consumo no país. A população está sendo convocada a economizar energia reduzindo o uso de ar-condicionado, enquanto os consumidores de baixa renda vão receber lâmpadas mais econômicas e os prédios públicos devem ter a iluminação desligada após o expediente.

Segundo o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica, José Mario Abdo, as medidas devem proporcionar uma contenção de 16 mil megawatts na demanda e elevar a oferta de energia em 11 mil megawatts. A expectativa do governo é obter economia total de 10%, mas, se a meta não for alcançada até o final de maio, o racionamento será inevitável, como admite o ministro de Minas e Energia, José Jorge.



TERÇA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2001

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 10/00, altera a alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição federal (imunidade tributária para cadernos escolares); substitutivo da Câmara ao PLS nº 127/95, padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados a propaganda; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; e PLC nº 105/00, que dispõe sobre o atendimento preferencial ao idoso nas unidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde.

COMISSÕES

10h – Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Fiscalização e Controle e de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: exposição do ministro da Integração Nacional, senador Fernando Bezerra, acerca da proposta de extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com a atribuição de suas tarefas institucionais a agências de desenvolvimento regional ou entidades oficiais já existentes. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 118/00, altera dispositivos da Lei nº 8.401/92, que dispõe sobre o controle de autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma posto em comércio; PLC nº 91/00, altera a redação dos artigos 13 e 14 da Lei nº 5.700/71, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, determinando o hasteamento diário da Bandeira Nacional em todos os prédios públicos; PLS nº 320/99 (tramitando em conjunto com o PLS nº 149/99), denomina Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco (AC); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para serviço de radiodifusão de som e imagem. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

15h – CPI do Roubo de Cargas

Pauta: depoimento de Adjalmir Simões Ferreira. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: sabatina o ministro Ivan Oliveira Cannabrava, indicado para chefiar a missão diplomática brasileira no Japão; e o diplomata Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, indicado para o cargo de embaixador do Brasil em Moçambique. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 5*

Após a Ordem do Dia – Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Fiscalização e Controle e de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: exposição do ministro de Minas e Energia, senador José Jorge, sobre os temas: matriz energética brasileira, especialmente os problemas relativos à geração e distribuição de energia elétrica; política tarifária de energia elétrica; as atividades de extração de petróleo; o plano de emergência na geração de energia elétrica; e plano de privatizações das usinas hidrelétricas, com especial atenção na proposta de privatização do sistema Furnas. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

15h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública sobre a "Divida Pública Brasileira" com a presença do secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa.

18h – Pauta: apreciação das matérias remanescentes das pautas nºs 1 e 2, de 2001. *Anexo Luiz Eduardo Magalhães – Ala "C" da Câmara dos Deputados*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 14/01, que dispõe sobre o crime de assédio sexual; PLC nº 17/01, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama por planos e seguros privados de assistência à saúde nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer; PLC nº 18/01, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os servidores das delegacias de polícia informarem as vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; substitutivo ao PLS nº 196/95, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 125/01, do senador José Roberto Arruda, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 20/99, que já se encontra apensada à de nº 18/99, com a de nº 3/01.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: destinada a comemorar o aniversário de Brasília. Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 7/96, que acresce parágrafo 5º ao art. 64 da Constituição federal, com o seguinte teor: "Terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interfiram nas relações federativas"; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 44/00, que altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal (dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e prefeitos, quando concorrerem à reeleição); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 45/00, que modifica o parágrafo

6º do art. 14 da Constituição federal (dispõe sobre a obrigação de os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos, quando concorrerem à reeleição, renunciarem ao mandato seis meses antes do pleito); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para serviço de radiodifusão sonora; e Requerimentos nºs 20/01, do senador Roberto Requião, solicitando que o PR nº 57/00, de sua autoria, seja desapensado do PR nº 81/99, de forma a retomar sua tramitação própria; 129/01, do senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando que o PR nº 7/01 seja desapensado do PR nº 81/99, de forma a retomar sua tramitação própria; e 151/01, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e 94, 190 e 232, de 2000.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

9h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Instrução ao PLC nº 1/01, que propõe a reestruturação dos transportes terrestres e aquaviários, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

Convidados: ministro dos Transportes, Eliseu Padilha; relator do projeto, deputado Eliseu Rezende; presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Carlos Eduardo Moreira Ferreira; presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Clésio Andrade; da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop), Nilo Martins da Cunha Filho; da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (Arip), Wilen Manteli; da Federação Nacional dos Conferentes e Conservadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios, nas Atividades Portuárias (Fencovib), Mário Teixeira; e do representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transporte (CNTT-SP), Juares Bispo. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13*

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros, PLS nº 50/00, acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 8.650/93, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica; PLS nº 184/00, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os conselhos regionais; PLS nº 303/99, que dispõe sobre o acesso gratuito dos idosos às salas de cinema; PLS nº 236/00, acrescenta dispositivos à Lei nº 6.530/78, que regulamenta a profissão de corretor de imóveis e disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização; PLS nºs 511 e 555, de 1999 – decisão terminativa (tramitação conjunta), concede desconto de 50% no preço do ingresso de eventos culturais às pessoas com mais de 60 anos de idade e concede desconto no preço do ingresso em eventos culturais a idosos que trata a Lei nº 8.842/94. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento dos procuradores da República do Rio de Janeiro, Raquel Branquinho e Daniel Prazeres, e do Rio Grande do Sul, Celso Antônio Trés. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros, PLC nº 14/01, que dispõe sobre o crime de assédio sexual; PLC nº 1/01, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; PLC nº 16/01, altera dispositivos das Leis nºs 4.947/66, 5.868/72, 6.015/73, 6.739/79 e 9.393/96 (altera normas sobre cadastro, tributação e registro imobiliário de imóveis rurais); Requerimento nº 51/01, do senador José Eduardo Dutra, solicitando ao ministro da Fazenda, através do Banco Central, informações sobre a movimentação bancária detalhada do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa, Lidice Coelho da Cunha Caldas Pereira, do sócio da Marketing, Estratégia e Comunicação Institucional Fernando Jorge Caldas Pereira e outros, sendo as movimentações bancárias relativas ao período de janeiro de 1995 a julho de 2000; Requerimento nº 73/01, do senador Romero Jucá, solicitando do Banco Central a relação de todos os depósitos, de qualquer espécie, oriundos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), constantes do rastreamento já realizado, nas contas do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa, Lidice Coelho da Cunha Caldas Pereira, do sócio da Marketing, Estratégia e Comunicação Institucional Fernando Jorge Caldas Pereira e outros; Requerimento nº 74/01, do senador Romero Jucá, solicitando ao Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal, informações sobre o auditor fiscal para evidenciar sonegação fiscal, enriquecimento ilícito ou existência de patrimônio incompatível com os rendimentos declarados por Eduardo Jorge Caldas Pereira e sua esposa, Lidice Coelho da Cunha Caldas Pereira, por solicitação do Ministério Público de Goiás e do Distrito Federal. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

17h – Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: depoimento do foneticista, professor Ricardo Molina de Figueiredo, do Instituto de Pesquisa e Processamento de Som, Imagens e Texto, de Campinas (SP), nos autos da Denúncia nº1/2001. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

Quinta-feira

10h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento do denunciante da Federação de Minas Gerais, Otacílio Ferreira da Costa. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

LDO é enviada à Comissão Mista de Orçamento

No projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, o governo encarrega o Congresso Nacional de encontrar fontes de recursos para custear o aumento salarial do funcionalismo e a correção do salário mínimo acima da inflação

O presidente do Senado, Jader Barbalho, encaminhou ontem à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002. O texto encarrega os deputados e senadores de encontrar “fonte permanente” de dinheiro para aumento geral de salário do funcionalismo. O projeto estabelece ainda que o salário mínimo do próximo ano só será corrigido acima da inflação se o Congresso também determinar uma fonte de recursos para bancar o reajuste.

É a primeira vez que o Executivo propõe ao Congresso estudar um possível aumento dos servidores federais, que estão sem reajuste desde 1995. Até 1994, o Executivo decidia o reajuste e en-

viava mensagem ao Legislativo. Quanto ao salário mínimo, é o segundo ano consecutivo que o governo repassa aos parlamentares a tarefa de apontar a fonte de financiamento do reajuste. O salário mínimo subiu para R\$ 180, no início deste mês, porque, entre outras coisas, os parlamentares abriram mão de parte das verbas destinadas às suas emendas orçamentárias.

A proposta de LDO enviada pelo Executivo prevê que a receita fiscal da União em 2002 terá um acréscimo real (isto é, descontada a inflação) de 4,2%, comparando-se com a projeção para 2001. Assim, a arrecadação tributária chegará a R\$ 280,2 bilhões. Os gastos, excluídos os juros, atingirão R\$ 252 bilhões. A diferença de

R\$ 28,2 bilhões será o superávit primário da União, todo ele destinado a pagar juros, que exigirão ainda outros recursos. À exceção dos valores previstos para o pagamento de juros, todos esses números poderão ser alterados pelo Congresso, que tem até 30 de junho para votar a LDO.

No projeto, o governo federal prevê que a taxa de câmbio média de 2002 ficará em R\$ 2,15 para cada dólar. O crescimento da economia deve manter-se em 4,5% no ano e a inflação média ficará em 4,5% (IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas). Os juros básicos da economia, fixados pelo Banco Central, se reduzirão para a média de 13,2% ao ano, contra 15% projetados para dezembro próximo.

Secretário do Tesouro Nacional fala aos parlamentares sobre pagamento de juros

O secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, falará hoje, a partir das 15h, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o crescimento da dívida pública e os gastos da União com o pagamento de juros, iniciando uma série de debates sobre os gastos da União.

O objetivo é tornar mais compreensível o projeto orçamentário para a população, inclusive com a distribuição de cartilhas. A idéia do presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), é chamar especialistas e técnicos do governo para tratar de assuntos polê-

micos, como aumento da carga tributária, dívida pública, crescimento do PIB, câmbio e gastos com juros.

O Orçamento de 2001 prevê que a dívida pública bruta da União, no mercado interno e no exterior, chegará a R\$ 873,6 bilhões em 31 de dezembro próximo. No entanto, descontados os empréstimos a estados, municípios, empresas e pessoas, a dívida líquida federal cai para cerca de R\$ 350 bilhões. O gasto líquido com os juros dessa dívida deverá ficar neste ano em R\$ 45,4 bilhões, conforme a lei orçamentária.

Um dos debates seguintes, com

a presença de economistas independentes, abordará o tema “Governabilidade e Teto do Endividamento Público”. Além dos debates, deputados e senadores começaram a visitar as maiores obras executadas nos estados com dinheiro da União.

A programação irá até o final deste semestre, quando a Comissão Mista de Orçamento estará examinando o projeto de revisão do Plano Plurianual, o qual estabelece as prioridades de investimentos federais até o final de 2003, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que chega hoje à comissão.

CCJ examina critérios para edição de lei complementar na área de finanças

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve colocar em pauta proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que prevê a edição de leis complementares específicas para regular assuntos relativos a finanças públicas. Requião defende a iniciativa com o argumento de que, diante da amplitude do tema, a normatização de questões financeiras por uma única lei complementar se tornaria “inconveniente”, pela complexidade de que tal texto assumiria.

— Além de simplificar o texto constitucional, a PEC racionaliza a

atividade legislativa, permitindo que matérias tão díspares como planejamento e orçamento, gestão e contabilidade ou controle e créditos públicos possam receber tratamento específico — justifica ele.

Roberto Requião baseou-se em decisão anterior do Senado, que aprovou PEC, do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), possibilitando a edição de várias leis complementares reguladoras do sistema financeiro.

Pela PEC, as leis complementares normatizadoras das finanças públicas devem dispor “sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organiza-



Requião quer simplificar e racionalizar a atividade legislativa

ção do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, a gestão e a evidenciação da situação e das alterações patrimoniais, bem como a instituição e o funcionamento de fundos, entre outras normas”.

Requião afirma que as mudanças buscam a separação formal entre as normas gerais, relativas à Federação, e as normas de interesse da União, bem como a especialização das leis complementares nos vários assuntos concernentes às finanças públicas.

Os recursos que devem ser viabilizados



Cada real de reajuste dos servidores custa aos cofres públicos **R\$ 600 milhões**, conforme o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Assim, um aumento de 10% chegaria a **R\$ 6 bilhões**.

Já o salário mínimo exige, para cada real, uma verba da União de **R\$ 180 milhões**, conforme cálculos do próprio Congresso, realizados no ano passado. O governo trabalha com a possibilidade de reajuste do mínimo apenas para cobrir a inflação de abril de 2001 a maio de 2002, o que resultaria numa elevação de **R\$ 6**, ou seja, o salário mínimo passaria dos atuais **R\$ 180** para **R\$ 186**.

Ademir Andrade cobra reajuste da tabela do Imposto de Renda

Ao comentar que o governo federal, mediante uma tributação abusiva, vem prejudicando sobretudo as camadas de baixa e média renda da sociedade, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a falta de empenho do governo para aumentar a receita pública mediante a cobrança dos valores devidos pelos grandes sonegadores.

Segundo Ademir, o fato de a tabela do Imposto de Renda (IR) não ter sofrido reajuste desde 1995 é uma “esperteza do governo” — para elevar a arrecadação — e atinge, principalmente, a classe média e os trabalhadores, ao obrigar cidadãos antes isentos a pagarem o IR, inclusive com desconto na fonte, e leva os que já pagavam a recolherem ainda mais, por passarem para faixas superiores de desconto. Ele lembrou que o senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou projeto garantindo o reajuste da tabela. A proposta, registrou, está na Câmara dos Deputados com pedido de urgência mas sofre a oposição do governo.

— Fala-se até em ameaças de não liberar recursos das emendas ao orçamento de parlamentares governistas que apoiarem a tramitação urgente do projeto — afirmou.

Para Ademir, “o mesmo governo que é capaz de sugar o trabalhador ao não atualizar a tabela do IR, obje-



Para Ademir Andrade, o congelamento da tabela é “esperteza do governo”

tivando aumentar o seu caixa, não usa da sua capacidade para cobrar os grandes sonegadores”. O senador disse que os dez maiores devedores da União somam um débito de R\$ 15 bilhões, mais de 10% do total da dívida ativa da União, que chegou a R\$ 127,5 bilhões no final de 2000.

Ademir lembrou que, no ano passado, o Congresso criou um novo instrumento de combate à sonegação fiscal, possibilitando quebrar o sigilo bancário quando ocorrerem indícios de sonegação.

— Na época, o governo alardeava que tinha o nome de cerca de 600 pessoas físicas e jurídicas que teriam o sigilo bancário quebrado. Passados quatro meses, não se tem uma única notícia de que algum grande sonegador tenha ressarcido ao erário tributos não pagos.

O senador referiu-se ainda ao “desvio de finalidade” da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), instituída para financiar investimentos na área de saúde. Para ele, tais questões, aliadas às práticas de corrupção “que o governo insiste em não apurar de maneira límpida e profunda”, devem servir para ampliar a consciência popular e dar início, nas eleições de 2002, ao processo de mudanças de que o país necessita “para ser mais justo e fraterno”.

Jader: corretores embolsam 40% de financiamentos

Presidente do Senado rebate acusações, revela que vai processar revista "Veja" e denuncia que escritórios de corretagem de São Paulo ficam com 40% dos recursos dos financiamentos da Sudam e da Sudene

O presidente do Senado, Jader Barbalho, rebateu ontem, em discurso de mais de uma hora, as acusações que vem sofrendo de envolvimento em fraudes na aplicação de recursos pelo Banco do Estado do Pará (Banpará), durante a sua gestão como governador, e na liberação de financiamentos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Ao final do pronunciamento, Jader anunciou a intenção de processar civil e criminalmente a revista *Veja*. "Estou sendo vítima da leviandade e da má imprensa", resumiu o senador, que também denunciou a cobrança de corretagem de 40% sobre os recursos dos financiamentos.

Jader traçou um histórico de seus mandatos como senador, líder e presidente do PMDB, para em seguida abordar, ainda que sem citar nominalmente o senador baiano, a disputa política que vem travando com Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). "Há um ano passei a me envolver em um debate a que poucos foram submetidos", disse o senador, que salientou ter sido forçado pela quase unanimidade da bancada peemedebista a candidatar-se à Presidência do Senado.

O presidente do Senado disse ter sido aconselhado, "pelo senador de maior experiência da Casa", a desistir da candidatura. Esse senador o teria alertado sobre uma campanha armada para desestabilizá-lo, inclusive após a eleição para a Mesa do Senado. "Forjei-me na luta democrática e não nos porões da ditadura", disse o senador, para explicar que não se conformava em ter que recuar "para satisfazer o ego, a vaidade e o mandonismo" de outras pessoas.

BANPARÁ

O senador qualificou as denúncias publicadas nas duas últimas edições de *Veja* de "matéria requentada". Jader disse que o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, já devolveu ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, a documentação com de-

núncias contra ele. Brindeiro, segundo Jader, afirmou que o material é imprestável para que se possa tomar qualquer atitude com relação às denúncias.

Jader Barbalho citou parecer da área jurídica do Banco Central, emitido em 1992, segundo o qual a instituição não tem elementos para incriminá-lo no que se refere a irregularidades no Banpará. "Como querer me enquadrar agora em irregularidades, se o BC declarava há nove anos que eu estava excluído (do processo)?", questionou.

SUDAM

Com relação às denúncias de desvios na Sudam, Jader admitiu ter feito indicações de superintendentes para o órgão, pessoas que, segundo ele, até aquele momento gozavam de reputação ilibada. "Se fizermos um levantamento nas agências de desenvolvimento, veremos que eu não fui o único a fazer indicações. Alguns senadores o fizeram na Sudene, mas eu não seria leviano a ponto de associá-los a quaisquer irregularidades ali cometidas", disse Jader.

O presidente do Senado explicou as suas relações com o empresário José Osmar Borges, acusado de ter desviado mais de R\$ 100 milhões de projetos da Sudam. Jader disse que conheceu Borges em 1994, até então tido como importante empresário rural. Os dois firmaram contrato de parceria no empreendimento agrícola Chão Preto, o que, segundo Jader, favoreceria a evolução tecnológica de suas empresas rurais. Toda a relação com Borges, garantiu o senador, está registrada na contabilidade da empresa de Jader, Fazenda Rio Branco, na declaração de Imposto de Renda de sua esposa e na Junta Comercial do Pará.

— Toda a informação que eu tinha sobre ele (Borges) era de que se tratava de um empresário com três ou quatro projetos implantados na Sudam e o que foi levantado contra ele só surgiu no ano seguinte — disse Jader, citando também o relatório do Ministério da Integração Nacional que não envolve o senador em qualquer

irregularidade.

O senador criticou os que tentam fazer associações, sem a devida comprovação, entre homens públicos e pessoas envolvidas em suspeitas de fraudes. "Como ficariam os sócios do Ângelo Calmon de Sá (ex-dono do Banco Econômico), atacado por gestão financeira temerária e remessa ilegal de recursos? Não vou estender as possíveis irregularidades a ninguém", comparou o senador.

A burocracia que envolve a concessão de financiamentos pela Sudam e pela Sudene também foi destacada no discurso. Citando artigo do ex-ministro e ex-senador Jarbas Passarinho, Jader disse que os escritórios especializados na elaboração dos projetos candidatos aos incentivos costumam cobrar 40% a título de consultoria. Assim, acredita o senador, está criado ambiente propício para o superfaturamento dos projetos, o uso de notas frias e as irregularidades contábeis. "Mas os maiores beneficiados não estão em Belém. É possível que estejam em São Paulo", advertiu.

"VEJA"

Jader acusou a revista *Veja* de ter sido contratada "para uma empreitada" que consistiria em levantar possíveis irregularidades em que estaria envolvido e que teve início com a publicação de reportagem estimando seu patrimônio em R\$ 30 milhões. A intenção, continuou Jader, seria evitar a sua vitória na eleição para a Mesa do Senado. Como isso não foi possível, a revista estaria tentando novas maneiras de inviabilizá-lo politicamente. "Infelizmente, não existe uma Lei de Imprensa para punir quem usa a imunidade para ser o magarefe (açougueiro, carnicheiro) da honra alheia", lamentou.

Além do processo contra a revista, Jader anunciou que vai enviar à Receita Federal o pedido de informações elaborado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre possível remessa ilegal ao exterior de US\$ 260 milhões pela Editora Abril, que edita *Veja*, por meio de contas CC-5.

entendimento, as apurações foram feitas, e as acusações são imprecisas — afirmou.

Jader lembrou que quando houve suspeitas sobre o relacionamento de Rubens Gallerani com Antonio Carlos Magalhães, "ninguém pensou em levantar a esdrúxula tese" da renúncia do presidente do Senado.



Segundo Jader, Brindeiro considerou documentação "imprestável" para atitude contra senador

Para Suassuna, explicações são mais que convincentes

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou convincente o discurso do presidente do Senado, Jader Barbalho, que ontem se defendeu de acusações da revista *Veja* de envolvimento com o empresário José Osmar Borges, acusado do desvio de recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Suassuna disse que as explicações devidas foram dadas no discurso de Jader, que conta com o apoio do partido. Ele acrescentou que Jader, agora, estaria adotando a tática do "bateu, levou".

— Jader não mais vai aceitar acusações sem deixar de dar pancada. Daqui para diante, ele vai sempre dar respostas de cabeça erguida. Não vai mais aceitar calado, como fez enquanto deu um tempo, tentando encerrar o

assunto — disse Suassuna, apontando ainda para a solidariedade completa do PMDB em relação à defesa de Jader.

Para Suassuna, no momento, as explicações são mais do que suficientes. Ele afirmou ainda que não há qualquer fato novo contra Jader.

A instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) proposta pela oposição para investigar a corrupção no âmbito do governo, no entanto, não foi descartada. Suassuna revelou que a bancada do partido deve reunir-se nesta semana para discutir o assunto, e admitiu que há vezes no PMDB favoráveis à CPI. Em sua opinião, a CPI não é necessária, com a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), que preside, funcionando com plenos poderes.



Suassuna diz que presidente do Senado reverterá todas acusações

Arthur Virgílio aponta situação "inquietante"

O líder do governo no Congresso, Arthur Virgílio (PSDB-AM), disse ontem que "é inquietante" para o país a situação do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). Virgílio, entretanto, recomendou cuidado aos que falam no afastamento de Jader, por se tratar do presidente do Senado e das sessões do Congresso Nacional, e não de um ocupante de cargo demissível por vontade do presidente da República.

Depois de assistir, em Plenário, ao discurso em que Jader se

defendeu das denúncias publicadas pela revista *Veja*, o líder do governo concedeu uma série de longas entrevistas. Em seguida, dirigiu-se ao Palácio do Planalto para reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso, "sem um julgamento" sobre a defesa do presidente do Senado. Virgílio apenas considerou "importante" a revelação feita por Jader de um esquema de comissões para acesso a projetos financiados com dinheiro da Sudam.

PMDB decide sobre presidência do partido

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem que vai convocar a Executiva Nacional do PMDB, ainda esta semana, para discutir sua permanência na presidência do partido, por acreditar que a decisão não é pessoal, e sim política. Jader considerou como "tese esdrúxula" o apelo da oposição para que deixe a presidência do Senado, e

disse não esperar alterações no seu relacionamento com o governo em função de denúncias da imprensa.

— Eu não me afasto das pessoas pelo simples fato de terem sido acusadas. Não pretendo me afastar do presidente Fernando Henrique porque dizem que há um dossiê sobre contas em Cayman ou irregularidades no BNDES, até porque, no meu

Para Hartung, denúncia ajuda a entender negócios públicos

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou ontem que, a cada rodada de denúncias de corrupção, os brasileiros adquirem idéia mais clara do destino que está sendo dado aos recursos públicos. Ele se referia às revelações feitas pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, que, em pronunciamento em Plenário, denunciou a cobrança de comissões para que empresários tenham acesso a projetos com incentivos fiscais na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

No discurso, Jader defendeu-se das acusações de que estaria envolvido no desvio de recur-



Paulo Hartung defende a investigação das denúncias por uma CPI

dos da Sudam. Sobre os argumentos usados pelo presidente do Senado, Hartung preferiu não se pronunciar. "Não sei", limitou-se a dizer.

O parlamentar declarou continuar acreditando que uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) seria o melhor foro para a investigação das diversas denúncias de irregularidades e corrupção. No entanto, Hartung vê dificuldades para a instalação da CPI ampla desejada pela oposição, por entender que uma devassa na Sudam e na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) iria expor personagens importantes do mundo político.

ACM considera que Jader não conseguiu se defender

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que o presidente do Senado, Jader Barbalho, não conseguiu se defender das acusações de envolvimento em fraudes na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e na aplicação de recursos



Antonio Carlos: Senado é que deve decidir sobre permanência de Jader

do Banco do Estado do Pará (Banpará). "Jader apenas fez insinuações e eu poderia ter respondido, desfazendo todos os pontos que ele abordou."

A justificativa de Antonio Carlos para não ter feito pronunciamento contestando a defesa de Jader foi que "não queria fazer o jogo dele, para evitar que a imprensa continue dizendo que é uma luta entre duas pessoas". O senador baiano acrescentou que o Senado é que deve avaliar se Jader Barbalho reúne condições de continuar presidindo a instituição.

— Não será uma luta entre Antonio Carlos e Jader, como a imprensa tem noticiado insistentemente — afirmou o sena-

dor pela Bahia.

Em entrevista coletiva concedida em seu gabinete após o pronunciamento de Jader Barbalho no Plenário do Senado, Antonio Carlos declarou que pretende deixar os senadores à vontade para que tomem as providências que julgarem necessárias a respeito das denúncias contra o parlamentar paraense. Ele antecipou que não tomará a iniciativa de requerer o afastamento de Jader da Presidência da Casa, mas apoiará qualquer pedido nesse sentido.

Respondendo à afirmação de Jader de que outros políticos teriam indicado superintendentes para a Sudene, Antonio Carlos confirmou que sugeriu o nome do hoje senador Paulo Souto (PFL-BA) para o cargo.

— Uma coisa é indicar ladrão, outra coisa é indicar homem de bem. Os dois indicados por Jader (José Artur Guedes Tourinho e Maurício Vasconcelos) foram demitidos porque eram ladrões — disse.

Bezerra explica hoje projeto de mudanças na Sudam e Sudene

O ministro prestará esclarecimentos à CAE, CFC e CI sobre estudos para transformar as duas autarquias em agências regionais de fomento

Em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Fiscalização e Controle (CFC) e de Serviços de Infra-Estrutura, a ser realizada às 10h de hoje, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, prestará esclarecimentos sobre estudo do governo federal que pretende transformar as Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) em agências regionais de fomento à atividade econômica nas duas regiões. Os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Freitas Neto (PFL-PI) solicitaram a realização da audiência na CAE, enquanto Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu a presença do ministro na CFC.

A grande maioria dos senadores que se pronunciaram sobre o assunto em Plenário nos últimos dias manifestou-se contra a extinção das autarquias, ainda que haja denúncias de irregularidades na utilização de recursos. Segundo os senadores, tanto a Sudam como a Sudene desempenham papel de grande importância para a geração de empregos e o desenvolvimento das duas regiões, que possuem alguns dos piores índices socioeconômicos do país.

O movimento contra a extinção da Sudene tem o apoio de governadores e parlamentares nordestinos, que, em recente jantar promovido pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) em Brasília, lan-



O ministro Fernando Bezerra é favorável à reestruturação da Sudam e Sudene

çaram um manifesto em defesa da autarquia.

EXTINÇÃO

A transformação das superintendências em agências regionais, a exemplo do modelo adotado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi uma das medidas anunciadas por Fernando Bezerra quando deixou o Senado para assumir o Ministério da Integração Nacional.

Segundo estudos realizados pelo governo, os incentivos fiscais nas duas regiões devem ser redefinidos de forma a serem mais bem aplicados. Assim, no lugar da Sudene e da Sudam seriam criadas agências reguladoras, que estimulariam a implantação de empresas na Amazônia e no Nordeste com instrumentos alternativos, em substituição à tradicional renúncia de impostos federais, como o Imposto de Renda.

No lugar do incentivo fiscal, seriam instituídas taxas sobre os lucros das empresas, que passariam a integrar os créditos do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor). Entre as medidas propostas, a extinção das autarquias serviria para colocar em disponibilidade mais de 900 servidores da Sudene e outros 500 da Sudam. Além disso, a fiscalização da aplicação dos recursos seria fortalecida para evitar possíveis desvios.

A resistência à proposta do Ministério da Integração Nacional não se limita ao meio político. A equipe econômica do governo também já demonstrou que não concorda com algumas das sugestões, como a criação de contribuição sobre o lucro e a dispensa de servidores públicos, que continuariam a receber salários ainda que em disponibilidade.

Objetivo das autarquias é o desenvolvimento

As Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) foram criadas para promover o desenvolvimento nas duas regiões, realizando, direta ou indiretamente, estudos, pesquisas e diagnósticos, com participação no planejamento e na coordenação dos investimentos federais nas duas regiões.

Instituída em 1959, a Sudene é responsável, desde 1974, pela aplicação dos recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) em financiamentos viabilizados pelo Banco do Nordeste. Empreendimentos de todos os estados da região, do norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e do norte do Espírito Santo podem solicitar os recursos gerenciados pela autarquia, que incluem ainda incentivos especiais de redução e de reinvestimento do Imposto de Renda (IR).

Já a Sudam, destinada à valorização da Amazô-

nia Legal (que, além dos estados da região Norte, inclui ainda partes de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão), existe desde 1966, e hoje tem por finalidade eleger projetos para receber recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), além de outras verbas orçamentárias e provenientes de convênios com outras instituições, como organismos internacionais de desenvolvimento. O Banco da Amazônia (Basa) é o agente financeiro do Finam.

Tanto o Finor como o Finam são compostos por recursos que têm origem no IR de pessoas jurídicas, que podem optar por aplicar 18% do que devem ao fisco nos fundos da Amazônia e do Nordeste. As autarquias definem critérios, prioridades e aprovam os projetos. A fiscalização e o acompanhamento dos empreendimentos também ficam a cargo das superintendências, que autorizam a liberação dos recursos.

Comissão vota incentivo para o cinema brasileiro

Proposta de Arruda obriga espaços comerciais a exibirem obras nacionais de longa-metragem por no mínimo 49 dias no ano

De autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), será apreciado hoje pela Comissão de Educação, em caráter terminativo, projeto que obriga as empresas proprietárias, locatárias ou arrendatárias de salas, espaços ou locais de exibição comercial a exibir, num prazo de 10 anos, obras cinematográficas brasileiras de longa-metragem cumprindo o número mínimo de 49 dias por ano. Esse número deverá ser aumentado gradualmente até o mínimo de 90 dias por ano, objetivo que deverá ser alcançado até os dois últimos anos de vigência da lei.

A proposta, que será relatada favoravelmente pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), também fixa prazo de dez anos para que



Projeto de Arruda será votado em decisão terminativa

as empresas distribuidoras de vídeo doméstico tenham, entre seus títulos, pelo menos 15% de obras brasileiras audiovisuais cinematográficas e videográficas, atingindo 30% até os dois últimos anos de vigência do diploma legal.

Arruda argumenta que "urge o alargamento e a consolidação do espaço destinado à exibição e à comercialização de títulos da filmografia nacional, assegurando o seu legítimo direito de ocupação no mercado e diminuindo o profundo impacto que o monopólio americano tem produzido sobre a nossa produção cultural".

Na pauta da reunião da CE, também consta projeto que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, de-

terminando o hasteamento diário da Bandeira Nacional em todos os prédios públicos. A matéria tem parecer do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que solicita sua apreciação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) dará parecer favorável a projeto do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que denomina Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos o aeroporto em construção na cidade de Rio Branco (AC). O mesmo relator deverá apresentar parecer contrário a projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que dá ao aeroporto o nome de Chico Mendes.

Os senadores da CE deverão discutir e votar ainda sete projetos de decreto legislativo que tratam da outorga ou renovação da concessão de serviço de radiodifusão em vários estados. A reunião da Comissão de Educação está marcada para as 11h30.

Intervalo comercial pode ter som controlado

O Senado vota hoje projeto que obriga as emissoras de rádio e televisão a padronizarem o som das transmissões durante os intervalos comerciais. Apresentada pelo senador Lauro Campos (PT-DF), a proposta já foi aprovada pelo Senado mas recebeu substitutivo na Câmara dos Deputados, voltando agora à deliberação dos senadores.

Em defesa da iniciativa, Lauro Campos argumentou que as emissoras se utilizam do artifício de aumentar o volume do som nas inserções comerciais como forma de ampliar o poder de mobilização das mensagens veiculadas. O projeto incumbe o Executivo de criar mecanismos necessários à normatização técnica da matéria, assim como de fiscalizar o seu cumprimento.

Aprovado pelas comissões técnicas pertinentes do Senado, o texto foi depois alterado, na Câmara dos Deputados, pelas Comissões de Ciência e Tecnologia e de Constituição e Justiça e Redação. É esse texto que será examinado hoje pelos senadores, com parecer favorável do senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

Também na sessão de hoje, o Senado realiza o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição defendida pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) para pôr fim à chamada guerra fiscal entre os estados — a oferta de vantagens fiscais para atrair a instalação de novas empresas.

Ornélas quer que o Senado fixe as condições para que um estado possa conceder incentivo fiscal.

Se aprovada em segundo turno, a emenda será remetida à apreciação da Câmara, onde também terá de ser votada duas vezes. Se a proposta for aprovada pelos deputados, o Senado ainda terá de votar a resolução com as normas para a concessão dos incentivos.

A emenda prevê que a futura resolução definirá em detalhes as condições em que um estado poderá reduzir impostos para atrair indústrias. Determina ainda que as alíquotas de ICMS cobradas dentro de cada estado não poderão ser inferiores às cobradas nos outros.



Lauro destaca que emissoras elevam o som nos intervalos

Em primeiro turno, os senadores votam ainda hoje proposta de emenda constitucional do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que isenta de qualquer taxa os cadernos escolares e o papel destinado à sua impressão. O texto altera o artigo 150 da Constituição e, se aprovado no Senado, seguirá para a deliberação da Câmara.

Na opinião de Rocha, os cadernos escolares constituem item indispensável ao cotidiano das crianças e dos jovens, merecendo dessa forma que se favoreça sua aquisição.

O Senado vota também decretos legislativos renovando a permissão para o funcionamento de cinco emissoras de rádio. Está ainda na pauta projeto de lei da Câmara que disciplina o atendimento preferencial ao idoso nas unidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) tem parecer pela prejudicialidade da matéria.

Alcântara homenageia novo acadêmico

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou a posse do jornalista e escritor Francisco José Lustosa da Costa na Academia Brasileira de Letras, no último dia 8 de março. O jornalista, afirmou o senador, "é um homem de representativo acervo, que carrega consigo o cronista atuante, o contista e o romancista".

Nascido em 1938, em Cajazeiras, Paraíba, Francisco José Lustosa da Costa, destacou o senador, entra para a Academia Brasileira de Letras, onde ocupará a cadeira de Bernardo Élis, "com uma bagagem literária de mais de 30 publicações e o orgulho de todos os que têm a grande sorte de tê-lo no convívio próximo".

Tocantins faz negócios com eslovacos

Recente visita do embaixador da República Eslovaca, Jozef Adamec, à capital do Tocantins, Palmas, foi registrada pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) como garantia de novos negócios, a serem efetivados já no próximo mês com aquele país. Segundo informou o senador, as parcerias empresariais implicarão transferência de tecnologia avançada nas áreas industriais em troca de produtos agrícolas, como frutas, soja, arroz, feijão e milho.

Conforme Eduardo, o governo estadual tem buscado aumentar investimentos mediante o incentivo a parcerias entre grupos empresariais brasileiros e estrangeiros, particularmente nos setores agropastoril, turístico e industrial.

Eduardo Siqueira Campos também anunciou a possível implantação no Tocantins de uma indústria de cristal, pois o estado dispõe de importantes jazidas de quartzo, e a iminente exportação de carne, que depende apenas da emissão do certificado de área livre da aftosa pelo Ministério da Agricultura.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Paulo Hartung e o presidente do IBGE, Sérgio Bersseman Vianna, falam sobre indicadores sociais
7h30 — *Entrevista* — O sen. Ney Suassuna fala sobre a Comissão de Fiscalização e Controle
8h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
8h30 — *Saúde/Unip* — Profissão: mateiro
9h — *As Cores do Brasil* — Brasília
9h30 — *Entrevista* — O sen. Bello Parga fala sobre a permanência da CPMF
10h — *Reunião Conjunta CI, CAE e CFC* — Os senadores ouvem ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, sobre a Sudam (ao vivo)
Logo após — *Comissão de Educação* — Reunião para apreciação de dez itens, entre eles: seis

concessões de rádio e TV; duas mudanças em nomes de aeroportos e alterações na legislação dos símbolos nacionais (gravado)
13h30 — *Cidadania* — O sen. Paulo Hartung e o presidente do IBGE, Sérgio Bersseman Vianna, falam sobre indicadores sociais
14h30 — *Sessão Plenária* (ao vivo)
Logo após — *Reunião Conjunta CI, CAE e CFC* — Os senadores ouvem ministro de Minas e Energia, José Jorge, sobre problemas no setor de energia elétrica (ao vivo)
21h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia — 1ª edição
21h30 — *Comissão de Relações Exteriores* — Reunião para apreciação dos nomes de Ivan Oliveira Canabrava, embaixada do Brasil no Japão; e Pedro Luiz Carneiro Mendonça, embaixada do Brasil em Moçambique (gravado)
Logo após — *Sessão Plenária* (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirectTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tccsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite: B1
• Transponder: 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência: 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

CRE analisa indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sabatina hoje, às 17h30, o ministro de primeira classe do Itamaraty Ivan Oliveira Cannabrava, indicado pelo presidente da República para chefiar a missão diplomática brasileira no Japão. Logo após ouvir o diplomata, os senadores da comissão votarão secretamente o relatório do senador Hugo Napoleão (PFL-PI).

A comissão vai analisar ainda, também depois de sabatina, a indicação do diplomata Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para o cargo de embaixador do Brasil em Moçambique. O relator da matéria é o senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

Alcântara elogia esforços do governo na área de saúde

O Dia Mundial da Saúde (7 de abril) foi registrado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que parabenizou o presidente Fernando Henrique Cardoso e as autoridades da área de saúde nas esferas federal, estadual e municipal, "engajadas e comprometidas com a implantação de ações e com a reestruturação do setor, pelos esforços que vêm sendo empreendidos e os índices positivos já alcançados".

Alcântara ressaltou o empenho do governo federal em reorganizar institucionalmente o setor de saúde, acelerando a plena implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) com a descentralização, a desconcentração de ações e a transferência, para estados e municípios, das atribuições anteriormente a cargo do Ministério da Saúde.

Mauro: trabalho na construção terá dois eventos em Goiânia

A realização do IV Congresso Nacional sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção e do II Seminário sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção nos Países do Mercosul, em Goiânia, entre os dias 24 e 27 próximos, foi anunciada pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

O senador, que é engenheiro civil, ressaltou a importância das boas condições de trabalho na construção.

— Trabalhar satisfeito, com segurança, com remuneração justa, com perspectiva de que o futuro será de ascensão e progresso pessoal e coletivo, só faz aumentar a produtividade dos trabalhadores de qualquer nível. E, como consequência, vêm a diminuição dos acidentes de trabalho, a elevação da produtividade, o aumento de lucros e de salários — afirmou.

Machado defende retomada imediata do debate sobre a reforma política

Senador considera o momento propício para a revisão das regras eleitorais e partidárias. Enquanto isso não ocorrer, afirma, o país estará "sujeito ao corporativismo político e ao personalismo selvagem"

O Senado deve retomar o quanto antes os debates sobre a reforma política, para da há mais de cinco anos, afirmou o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que considera o momento propício para a revisão das regras eleitorais e partidárias que vigoram no país. A



Para Sérgio Machado, reforma política é a "mãe de todas as reformas"

cláusula de desempenho, a possibilidade de formação de federações de partidos, o sistema de listas, a fidelidade partidária, a proibição de coligações e o financiamento público de campanhas eleitorais são alguns dos pontos sobre os quais o senador entende que os três Poderes têm o dever de debruçar-se.

Machado disse que sua opinião a respeito do tema é a mesma do seu partido, que considera a reforma política como a "mãe de todas as reformas". Ele ressaltou que, com a reforma político-partidária, as instituições democráticas terão sua imagem fortalecida junto

à opinião pública. O senador entende que, caso as regras existentes prevaleçam, o país continuará "sujeito ao corporativismo político e ao personalismo selvagem".

— É fundamental que o interesse nacional se sobreponha ao individual — defendeu o senador.

Mesmo relacionando-os entre

CCJ examinará proposta de Ricardo Santos que cria região administrativa

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve apreciar em uma de suas próximas reuniões projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que cria a Região Administrativa Integrada da Bacia do Rio Itabapoana. O objetivo, segundo o senador, é desenvolver econômica e socialmente uma das regiões mais carentes do Sudeste brasileiro, que envolve 18 municípios dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A proposta, que também tem o apoio dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Paulo Hartung (PPS-ES), Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ) e Arlindo Porto (PTB-MG), institui linhas de crédito especiais para atividades consideradas prioritárias para o crescimento da região e cria projetos para melhorar a infra-estrutura de transporte, comunicação, eletrificação e saneamento dos municípios.

A iniciativa de Ricardo Santos também destina investimentos para a preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos de toda a região, bem como, confor-



Ricardo Santos sugere Região Administrativa Integrada da Bacia do Rio Itabapoana

me observou, dá ênfase à melhoria da irrigação. Os setores produtivos e as áreas de educação, saúde e qualificação profissional também serão atendidos.

Para o senador, um programa especial para a Bacia do Rio Itabapoana, como o proposto, deverá desenvolver uma das regiões mais pobres do Sudeste do país. A seu ver, a região encontra-se totalmente desprovida de incentivos ao desenvolvimento, "apresentando estagnação econômica resultante de uma situação de quase abandono por parte de políticas públicas".

Jader vai colocar projetos em votação

O presidente do Senado, Jader Barbalho, confirmou que pretende colocar em votação esta semana duas alterações na legislação eleitoral — relativas à fidelidade partidária e ao fundo público de campanha — retiradas de pauta por acordo de lideranças, e informou que a pauta do Plenário está pronta até

maio. Ele esclareceu que a Lei das S.A. encontra-se em exame nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, e que, embora não possa impor o regime de urgência, devido à complexidade do assunto, está empenhado no cumprimento dos prazos de tramitação.

os pontos menos urgentes, o senador entende que é importante definir novos prazos de filiação e domicílio eleitoral, rever o tempo de duração dos mandatos e promover mudanças nos calendários de eleições e posses. Outras questões que devem ser analisadas, segundo o senador, são as

relativas à suplência, à adoção do voto facultativo, aos registros de candidaturas e à utilização de urnas eletrônicas.

A reforma política constitui uma reivindicação de toda a sociedade, afirmou Machado, lembrando que, se for iniciada agora, poderá surtir efeito ainda nas eleições de 2002.

Antero quer disciplinar mudança na demarcação de terra indígena

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou projeto de lei dando competência ao Congresso Nacional para apreciar as proposições que visem alterar os limites das terras indígenas já demarcadas. O projeto do senador será apreciado, primeiramente, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, se aprovado, irá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para exame em caráter terminativo.

Antero Paes de Barros observou que a maioria dos estados brasileiros está submetida à incerteza de não saber de que parte do seu território pode dispor para a implantação de novos projetos de desenvolvimento, uma vez que não há definição quanto à parcela de terras que virá a ser demarcada como área indígena.

— Ademais, tem ocorrido um evento que faz a demarcação de terras para os índios parecer uma espécie de ameaça permanente. Trata-se da alteração da superfície de áreas já demarcadas, em decorrência da descoberta, após a demarcação, de que o território concedido aos índios não correspondia ao que efetivamente lhes deveria caber — acrescentou.

O senador defendeu a importância de a União cumprir com

urgência as determinações constitucionais que preconizam ser sua a obrigação de demarcar as terras indígenas. Com a definição da proporção do território que cabe aos índios, disse, os estados conhecerão o estoque de terras de que dispõem para implantar os projetos de desenvolvimento do interesse de suas populações.

Segundo Antero Paes de Barros, é imprescindível ainda que, demarcadas as terras dos índios, a alteração posterior de sua superfície tenha forma mais complexa que o procedimento administrativo no qual se estabelecem as regras a serem seguidas nos trabalhos de demarcação. Por isso, o senador sugere, no projeto que apresentou, a obrigatoriedade de o Congresso Nacional examinar a matéria.



Antero propõe que o Congresso opine sobre alteração dos limites de terras indígenas já demarcadas

João Alberto exige ação contra crime organizado

Senador aponta necessidade urgente de reformas, inclusive do Judiciário, para que a aplicação da lei seja mais ágil e transparente

Ao observar que o Brasil está passando por um processo de "colombianização", o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) afirmou ontem que o Estado é o verdadeiro responsável pelo combate ao crime organizado. Ele disse que somente a vontade política e a determinação dos governos federal e estaduais podem acabar com esse estado de conflito permanente, passível de ser sintetizado na expressão "guerra total de todos contra todos".

Segundo João Alberto, há necessidade urgente de ação remodeladora das estruturas e dos arcabouços legais do Estado, inclusive a reforma do Judiciário, para que a aplicação da justiça seja mais ágil, transparente e imparcial. É preciso combater o crime sem trégua, com in-

tervenção forte e continuada, defendeu. "Basta de seqüestros, de roubos, de balas perdidas vitimando inocentes, de desvio de cargas, de corrupção", afirmou.

O senador lembrou a atuação das forças de segurança durante o regime militar para afirmar que, quando existe determinação do Estado, a eficácia se concretiza. "Nenhum dos elementos subversivos conseguia viver em clandestinidade com segurança. Todos foram localizados e dominados, colocados na prisão ou mortos", enfatizou.

Para João Alberto, todos sabem, no Brasil, onde circulam os ladrões



Combate ao crime deve ser sem trégua, defende João Alberto

de carros, os contrabandistas, os traficantes de drogas, bem como se conhecem as formas utilizadas para superfaturamento do custo das obras públicas, sonegação de impostos e lavagem de dinheiro. "Mas tem-se a impressão de que o país vive um estado de imobilidade, uma

perigosa letargia que agrava os problemas e robustece as organizações malsãs", disse.

Ao final, ele citou Platão, que, em seu livro *República*, afirmou que o Estado, ao falecer diante do crime, é fadado a receber o castigo de ser dirigido por demagogos, corruptos e criminosos.



Parlamentares ouvem hoje depoimento de comerciante

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso que investiga o roubo de cargas no Brasil toma hoje depoimento do comerciante Adjalmir Simões Ferreira, acusado de atuar como um dos "larranjas" do empresário William Sozza, atualmente preso. Sozza é

apontado por Jorge Méres, seu ex-motorista, como o cérebro de uma das maiores quadrilhas de roubo de cargas, com base em Campinas (SP).

De acordo com o presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PFL-SP), a comissão prossegue no objetivo de

levantar provas contra receptadores, que seriam os maiores responsáveis pelo aumento do roubo de cargas nas estradas do país. Dados das associações de empresas de transporte de cargas indicam prejuízos da ordem de R\$ 500 milhões por ano, causados pela ação das quadrilhas.

Mozarildo elogia programa para juventude de Boa Vista

O Programa Justiça Dinâmica, criado em 1998 pela Vara da Infância e da Juventude de Boa Vista (RR), foi elogiado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que contestou os críticos do Estatuto da Criança e do Adolescente. A iniciativa, disse, acelerou os processos, que agora são quase sempre concluídos no mesmo dia ou dentro do prazo máximo de 45 dias, e definiu com clareza o andamento do processo e as atribuições dos diversos órgãos envolvidos.



Mozarildo: iniciativa de Roraima reduziu número de processos

— A experiência roraimense joga por terra os mitos referentes à impunidade do adolescente em conflito com a lei, bem como aqueles referentes à responsabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente pelo aumento da delinquência juvenil — afirmou. Segundo o senador, o programa demonstra amplamente que o estatuto é uma lei suficientemente severa em relação às consequências jurídicas decorrentes dos atos infracionais cometidos por jovens.

Mozarildo informou que o programa já foi três vezes agraciado com o Prêmio Sócio-Educando, instituído pela Unicef e outros organismos. O prêmio visa incentivar a implementação mais efetiva e criativa do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere à aplicação e execução de medidas sócio-educativas destinadas aos adolescentes infratores, com ênfase no caráter educativo das medidas, informou.

— O que o Juizado da Infância e da Juventude de Boa Vista conseguiu realizar, na verdade, foi a colocação em prática do novo paradigma criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, a substituição do binômio culpa/castigo pelo binômio culpa/educação — concluiu o senador.

Aprovado voto de pesar pela morte de Guazzelli

Atendendo a requerimento dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), José Fogaça (PMDB-RS) e Emilia Fernandes (PT-RS), o Plenário decidiu ontem registrar em ata voto de pesar pela morte do deputado Synval Guazzelli. Na presidência da sessão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) associou-se à homenagem, testemunhando o exemplo de dignidade e competência deixado por Guazzelli, que governou o Rio Grande do Sul, estado que representava na Câmara dos Deputados.

Ao homenagear Guazzelli, Fogaça o definiu como um brasileiro de trajetória absolutamente marcante e inelével, "uma figura proeminente sob todos os aspectos, um conciliador, um político que acreditava no pluralismo e na convivência democrática". Ele disse que o homenageado era um homem de conciliação, mas não da conciliação pequena, porém daquela que objetiva alcançar o bem comum, em vista do interesse público.

Fogaça disse ter aprendido com Guazzelli que oposição é oposição e que governo é governo. Referindo-se à trajetória do homenageado, ele afirmou que, ao encerrar seus mandatos, o político gaúcho tinha apenas a si mesmo, o seu discurso, a sua postura e o seu projeto político, "enfim, a sua condição humana pura e sim-

ples". Fogaça sustentou que o homenageado jamais usou os cargos que ocupou para manipular, exercer pressão ou tirar vantagem de quem quer que seja.

— Era ele, suas idéias, seus pensamentos, sua postura e sua visão de mundo — afirmou.

Fogaça também referiu-se ao fato de Guazzelli ter deixado o partido do governo para ingressar na oposição e, surpreendentemente, ter sido eleito no primeiro embate eleitoral que se seguiu a essa decisão, sagrando-se o deputado federal mais votado do estado.

— Apesar de ter realizado uma troca diametralmente oposta, o Rio Grande do Sul reconheceu nele um homem de bem, um homem público digno, merecedor da confiança e dos votos adversários.

Para Fogaça, o deputado falecido deixa um exemplo de dignidade, na vida pública, que jamais poderá ser esquecido. "O Rio Grande do Sul acaba de enterrar Synval Guazzelli, pranteá-lo como um homem que viveu momentos importantes e definitivos da história do nosso estado e que, agora, está na galeria dos grandes homens, das grandes personagens, dos grandes vultos do Rio Grande do Sul, da sua história, da sua política, da sua cultura, enfim, da sua paisagem humana", disse.

Quintanilha ressalta Projeto Alvorada

A iniciativa do governo federal de lançar o Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano, que tem o objetivo de concentrar as atenções da União nas regiões mais pobres, foi elogiada pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). O senador registrou que o programa, batizado de Projeto Alvorada e com previsão de investimentos no valor de R\$ 4,1 bilhões para o período 2000/2002, irá beneficiar cerca de 31 milhões de pessoas e deverá receber do governo federal recursos adicionais no montante de R\$ 2,3 bilhões.

Ao comentar a primeira etapa do Projeto Alvorada, Quintanilha afirmou que serão contemplados com recursos da União 1.796 municípios dos 14 estados com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média nacional. Todos os estados do Nordeste, além do Acre, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, serão beneficiados.

Alcântara reclama política habitacional

Ao destacar que o recenseamento realizado pelo IBGE no ano passado constatou um significativo crescimento do número de favelas em quase todo o país, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a priorização de uma política habitacional visando diminuir o drama de milhões de famílias que não têm onde morar. Ele acrescentou que os esforços do governo têm sido insuficientes para reduzir o problema do déficit de moradias.

O senador defendeu a urbanização das favelas que estejam consolidadas, como forma de dar condições de vida digna a seus moradores, e a remoção daquelas que se localizam em áreas de risco ou que comprometam o meio ambiente. Ele assegurou que a urbanização é a alternativa mais viável do ponto de vista econômico. Alcântara também citou como alternativas complementares a implementação de políticas fundiária e habitacional eficientes.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Edison Lobão